



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 4764 de 31/03/2015

TCDF/Secretaria das Sessões  
Folha:.....  
Processo: [28887/2013](#)  
Rubrica:.....

PROCESSO Nº [28887/2013](#)

RELATORA : CONSELHEIRA ANILCÉIA LUZIA MACHADO

EMENTA : Tomada de contas especial instaurada pelo Governador do Distrito Federal e conduzida pela Subsecretaria de Tomada de Contas Especial - SUTCE, da então Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal - SEOPS, para apurar a existência de irregularidade na concessão e no pagamento de indenização de transporte na passagem à inatividade de militar da Polícia Militar do Distrito Federal.

### DECISÃO Nº 1155/2015

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I - tomar conhecimento da defesa apresentada pelo militar Raimundo Gil Ferreira Filho às fls. 23/28 e anexos (fls. 29/32); II - considerar improcedentes as alegações trazidas pelo militar em face da citação determinada pelo item II da Decisão nº 3.377/14, tendo em vista que a documentação acostada ao feito não se mostrou capaz de comprovar a mudança de domicílio para a cidade indicada no requerimento; III - na forma do art. 17, inciso III, alíneas "b" e "d", e art. 20 da Lei Complementar nº 1/94, julgar irregulares suas contas, notificando-o, com fulcro no art. 26 da referida lei, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher o valor do débito que lhe foi imputado, no montante de R\$ 126.720,82 (cento e vinte e seis mil, setecentos e vinte reais e oitenta e dois centavos), apurado em 20.01.15 (fl. 34), referente ao recebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando da passagem para a inatividade, inabilitando-o para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, como disposto no art. 60 da mencionada lei; IV - autorizar: a) a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 1/94, caso não atendida a notificação; b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências de sua alçada. Decidiu mais, aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pela Relatora.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. Participou o representante do MPJTCDF Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE.

SALA DAS SESSÕES, 31 de Março de 2015

Olavo Medina  
Secretário das Sessões

Antonio Renato Alves Rainha  
Presidente